

DO SERTÃO ANTIGO À LINHA DA CRUZ: TEMPORALIDADES E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

GABRIELLY MERLO DE SOUZA

RESUMO

Dois processos territoriais fundam a comunidade rural Linha da Cruz, situada no bioma da Caatinga, norte de Minas Gerais, Brasil: as políticas de colonização do sertão mineiro promovidas pela Ruralminas em 1974, deflagrando uma corrida pela regularização de terras e loteamento de áreas devolutas; e um processo anterior à chegada da Ruralminas, sobre o qual não há registros oficiais, mas que se mantém vivo na memória dos moradores antigos. Trata-se da chegada de posseiros de terra na década de 1930, advindos do *rastro do gado*, mito de origem que aponta para a constituição da identidade sertaneja. Na comunidade hodierna, um novo processo econômico marca os novos tempos: a entrada da economia dos biocombustíveis no modo de vida catingueiro. Em função do debate internacional que vem sendo travado em torno das energias renováveis e do selo “combustível social”, a Petrobrás vem avançando sobre as áreas de caatinga, a fim de realizar contratos de compra/venda de matéria-prima com pequenos agricultores. Portanto, este artigo aponta para as diversas *temporalidades* que engendram a comunidade, tendo em vista seus *processos de territorialização* (Oliveira 2004) e os efeitos do avanço da economia de mercado sobre as práticas tradicionais de convivência com a caatinga.

PALAVRAS - CHAVE

Sistemas locais, territorialidade, catingueiros do norte de Minas

O norte de Minas Gerais, caracterizado por ser uma zona de transição entre ecossistemas diversos compostos pela interpenetração dos Cerrados, da Caatinga, da Mata Seca e da Mata Atlântica, foi o local onde se estruturou uma sociedade constituída por uma grande diversidade de grupos sociais que se fixaram por ali. Populações nativas e *chegantes*, vindas de várias regiões do país, se espalharam e estabeleceram-se por entre os diferentes meios biofísicos que compõem a região, entre os quais os Gerais, a caatinga e o rio São Francisco são alguns dos biomas.

As populações locais que se estabeleceram no norte de Minas são identificadas pelos moradores, gestores públicos e pesquisadores tanto por suas características étnicas, como é o caso das comunidades quilombolas e das indígenas, mas também em função dos ambientes em que estão fixadas e pela relação que estabelecem com esses ambientes¹. Buscando uma proximidade dessa característica dos povos do norte de Minas Gerais com o que Parajuli (1996) aponta em seu estudo sobre as populações rurais na Índia, podemos pensar as populações do norte de Minas como articulando o que ele chama de “etnicidades ecológicas”, uma vez que a constituição de suas identidades locais, todavia, está atrelada aos modos de interação socioambientais².

Partindo de uma perspectiva que compreende o norte de Minas a partir dos seus processos de territorialização (Oliveira 2004), torna-se possível relacionar esses processos ao fato de hoje haver na região cerca de 84 comunidades tradicionais, as quais têm reivindicado junto à Fundação Cultural Palmares o reconhecimento étnico que lhes é de direito (Costa 2011: 59). Observa-se que, se por um lado, o olhar imperialista tratou o sertão como *fronteira* – no sentido territorial e civilizatório – sobre a qual o Estado-Nação deveria expandir-se, por outro lado, como mostra Costa (1999), essa história também produziu no norte mineiro um hibridismo cultural, conformando *diferentes matrizes de racionalidade* (Filho 2005) que contrapõem a ideologia de uma sociedade

1 Por exemplo, os grupos rurais que vivem em torno do Rio São Francisco se autodefinem como “vazanteiros”, pois vivem nas e das cheias (vazantes) do rio, e por isso são assim chamados; outro exemplo são os “catingueiros”, que ainda que não se autodefinam como tais, são assim chamados pelos outros grupos, constituindo uma identidade contrastiva (Merlo 2012).

2 Com o termo “etnicidades ecológicas”, Parajuli (1996) se refere ao fenômeno que surge na Índia, no início do séc. XX, de “etnização da destruição ecológica”, em que grupos étnicos utilizam-se da rubrica da “ecologia” para lutar pela sua autonomia, logo, contra a exploração capitalista e o desenvolvimento estatal. Ainda que não se articulem explicitamente aos objetivos ecológicos, o surgimento desses novos movimentos políticos representa, na perspectiva do autor, uma mudança de foco dentro dos movimentos ambientalistas. Os grupos étnicos, ao reivindicarem sua autonomia, estão lutando por questões ecológicas, já que necessitam dos recursos naturais para existirem. Assim, o novo movimento ecológico lança mão de uma abordagem nacionalista, para enfatizar, então, as diferenças étnicas e os variados modos dos grupos de interagirem com os recursos naturais. O autor considera a etnicidade central para o desenvolvimento e a ecologia, uma vez que conflitos por recursos estão localizados, geralmente, nas áreas onde esses grupos estão situados (*Ecological Regions*).

mineira homogênea.

Atrelado à perspectiva histórica, Little (2002) procura mostrar que não é apenas a apropriação do território por parte de um grupo que consagra a diversidade de expressões culturais, mas, sim, a forma como tais grupos se *apropriam* dos recursos naturais e os ressignificam – ou seja, sua cosmografia – que irá produzir noções êmicas do que pode ser definido como “território”. O autor mostra que são os “vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos” (Little 2002: 10) que irão produzir no espaço um sentido de *lugar* – sua *territorialidade*.

Na perspectiva teórica dos estudos socioambientais há uma profunda ênfase nas questões em torno do território – considerado base de conflitos e disputa. A relação que os estudos socioambientais estabelecem entre constituição das populações tradicionais e conflitos territoriais se deve à constatação de que os processos de territorialização não só não estão alheios aos movimentos coloniais e pós-coloniais, como têm suas trajetórias atreladas aos processos de modernização conservadora que atingem dramaticamente famílias de posseiros, povos indígenas e pequenos proprietários rurais (Bhabha 1998). No contexto mineiro, pode-se dizer que as principais áreas de expansão desses conflitos estão concentradas nas mesorregiões: norte de Minas, Paracatu Alto e no baixo Jequitinhonha (Santos 1985).

A forma como Little (2002) compreende a noção de território para pensar a diversidade de grupos sociais vai de encontro com a abordagem feita por João Pacheco de Oliveira (2004). Ambos chamam atenção para uma abordagem antropológica do território, mas atenta às contingências históricas implicadas, uma vez que “qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (Little 2002: 3). No entanto, Little (2002) apresenta outros aspectos fundamentais para pensar a territorialidade de um grupo social. Dentre eles, o autor chama atenção para a “multiplicidade de expressões” que cada território abrange, as quais são constituídas de elementos simbólicos e sociais mobilizados histórica e coletivamente por um grupo. É, portanto, a partir desse esforço coletivo que o grupo converte o espaço físico em *território socioambiental*.

Para fins deste artigo, procuro apresentar as trajetórias de ocupação e adaptação de diferentes gerações de famílias que se estabeleceram na área rural do município de Matias Cardoso, no norte de Minas Gerais, especificamente, nas áreas caracterizadas pelo ecossistema da Caatinga/Cerrado. Através da pesquisa etnográfica e do trabalho de história oral realizado durante o mestrado em 2011, procurei resgatar o processo de ocupação do território em torno de 1920 até a observação dos tempos atuais, em que os agricultores da comunidade Linha da Cruz se tornaram foco das políticas de desenvolvimento sustentável do governo federal em parceria com a Petrobrás Biocombustíveis (PBio) – os quais instalaram no município de Montes Claros um escritório sede do Programa Nacional de Produção de Biodiesel, com o objetivo de promover a agricultura familiar no comércio dos “combustíveis verdes” – os quais passarei a chamar neste artigo pelo termo

“agrocombustíveis”.

DO SERTÃO ANTIGO À LINHA DA CRUZ

Os povos que habitam a Caatinga, morfogênese que favoreceu a chegada de camponeses migrantes, especialmente de descendência portuguesa e italiana, mas também negros fugidos da escravidão, são agricultores classificados pelos geraizeiros – povo tradicional que vive na região dos Gerais mineiros – como “catingueiros”. Diferentemente de outros grupos do norte mineiro que atribuem a si uma identidade, no caso dos catingueiros da região pesquisada a constituição de uma identidade cultural comum do grupo não se apresenta, para eles, como uma questão (Merlo 2012). Trata-se, portanto, de uma categoria *identitária* exógena, atribuída pelo encontro com o *outro* e pelas relações interculturais locais. A terminologia “catingueiros” pode ser pensada, nesse sentido, como “jogo de espelhos” ou como identidade contrastiva, atribuída.

Historicamente, os catingueiros estiveram inseridos em importantes circuitos comerciais em torno do algodão e da mamona por volta dos séculos XIX e XX. Em função de sua abertura aos mercados potenciais, pesquisadores e moradores da região percebem os catingueiros como sendo um “grupo monetarizado”, ou seja, como um grupo detentor de capital – ao contrário da forma com a qual vêem outras populações, por exemplo vazanteiros e geraizeiros, tidos, muitas vezes, como “mais tradicionais” que os catingueiros. Filho (2008), em estudo sobre os geraizeiros³, explica que os catingueiros são vistos por eles como sendo um “povo forte”, pois “fizeram dinheiro com o algodão” e algumas famílias “enricaram”, comprando fazendas, e etc.

Embora esta abertura econômica seja característica da população aqui estudada, não se trata, no entanto, de compreender sua economia sob mesmo *ethos* de uma economia de mercado, tal qual conhecemos nos sistemas capitalistas urbanos. Sobre isso, apresentei em minha pesquisa (Merlo 2012) alguns apontamentos que mostram como os catingueiros, sob uma perspectiva etnoecológica, “adéquam” seu modo de vida à demanda de um mercado industrial vigente. Contudo, essa imagem dos catingueiros como sendo um povo mais inserido ou adaptado à economia no mercado envolvente – e, portanto, mais “ocidentalizados”, talvez? –, tem levado à invisibilização de outros

3 Geraizeiros são “agricultores que descem dos planaltos, onde estão localizados os Gerais, para venderem seus produtos nos mercados locais. Os Gerais são os planaltos, encostas e vales das regiões dominadas pelos Cerrados, com solos normalmente ácidos e de baixa fertilidade natural. Segundo Dayrell (1998: 73), Gerais não é exatamente a vegetação dos Cerrados, mas o ambiente dos Cerrados e suas diversas formações, incluindo as formações de transição para a Caatinga e a Mata Seca. Filho (2008: 72) explica que estes termos (geraizeiros, catingueiros, gorutubanos, etc.) são recorrentes em regiões que fazem contato entre ambientes distintos, onde são explícitas as diferenças ecossistêmicas.

aspectos do seu modo de vida, bem como dos problemas e dificuldades encontrados hoje por essa população, em função das transformações nas relações comerciais identificadas do início do século XX aos dias de hoje.

De acordo com Oliveira *et al.* (2011), a modernização agrícola e o assédio da agroindústria sobre as populações do sertão, assim como das políticas de desenvolvimento rural⁴, inverteram a relação de “complementaridade” que aquela população tinha com o mercado para uma relação de dependência. Ao incorporarem um pacote tecnológico considerado “moderno”, esses pequenos produtores passam a ter que lidar com problemas como alto custo da produção e demais dificuldades relativas à economia de mercado (Oliveira 2011).

Trata-se de um grupo social que apresenta maiores dificuldades com a agricultura de subsistência⁵ do que os grupos rurais de outros ecossistemas. Em função disso, autores como Dayrell (2000) e Costa (2003) explicam que os povos catingueiros desenvolveram práticas produtivas específicas de sobrevivência e convivência na Caatinga, as quais, além de se basearem na produção de alimentos para autossubsistência, incluem também práticas como a criação de gado para “poupança”, agricultura de sequeiro, captação de água e técnicas de usos de água em ambientes secos, conhecimentos de plantas medicinais, entre outras. Além dessas, também passaram a fazer parte do modo de vida catingueiro práticas comerciais de produtos como algodão e mamona⁶.

(...) além da produção de carne, as áreas de caatinga apresentavam uma tendência à especialização na produção de algodão. Na década de 1980 e 1990, a cultura do algodão se constituiu em uma monocultura praticada intensivamente por centenas de agricultores familiares, estimulados pelos preços do produto e pelas facilidades oferecidas pelos programas governamentais. Em poucos anos os agroecossistemas diversificados dos catingueiros, destinados à produção de fibras, alimentos e criação de animais, cederam lugar à homogeneização dos sistemas considerados modernos (Filho 2008: 76).

4 Em meados dos anos 1980, com vista a corrigir problemas causados pelas políticas verticalizadas de reforma agrária que, todavia, conduziram à expropriação dos territórios tradicionais de centenas de famílias camponesas, o governo federal passa a destinar para a região uma série de “programas especiais”, de caráter assistencialista, aplicada de forma homogênea a toda a região, com objetivo de integrar rapidamente a agricultura do norte de Minas à economia de mercado. Filho (2008) comenta algumas dessas políticas, entre elas o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Gortutuba – PDRI Gortutuba; o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste – PAPP, o Projeto Sertanejo; Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural e Bem Estar Social; Projeto de Pesquisa e Experimentação; projetos de comercialização e cooperativismo, entre outros.

5 Como alguns estudos sobre os habitantes da caatinga apontam, o agricultor deste ecossistema, muitas vezes, planta muito em uma área grande, mas produz pouco (Dayrell 1998).

6 Alguns autores vão tratar os catingueiros como povos mais inseridos economicamente no mercado e, talvez, por isso, mais assistidos por programas governamentais em comparação a outras populações tradicionais do norte de Minas.

Ao ouvir as histórias de ocupação das famílias que se fixaram no sertão, observa-se que os catingueiros do norte de Minas, diferentemente das populações que se estabeleceram em torno dos rios e das áreas serranas, trazem consigo uma identidade predominantemente pastoril, marcada pelo manejo de pastagens nativas e exóticas adaptadas às condições de semiaridez da região, ecologia concernente ao meio ambiente com os quais se fixavam. E, não menos importante para seu modo de vida, habilidades para cultivo de plantas mais resistentes à seca, como algodão, feijão, milho, amendoim, mamona, dentre outros (Dayrell 1998: p.73 *apud* Filho 2008) também foram desenvolvidas pelo grupo, embora não representassem sua principal marca.

Foi, então, pelo *rastro do boi* que a primeira família chegou até o sertão e lá se fixou, o que levou à chegada de outras famílias até que, como contam, uma grande área da mata estivesse ocupada de forma livre pelos chegantes que vinham em busca de uma terra pra assentar. Eles contam que, assim que chegavam, os posseiros já procuravam fazer uma roça e deixavam o gado solto. Apesar de não haver rio próximo à região, contam que como se trata de uma área com muita formação de pedras, era comum encontrar o que chamam de “furados”, ou mesmo pequenas lagoas, onde o gado podia beber água e onde plantavam seu alimento. Assim, a atividade pastoril foi o ponto de partida para o desbravamento do Sertão, uma vez que é o trabalho de criação que tem garantido a segurança das famílias em tempos de crise e seca. Além disso, a importância do gado também se dá no momento de escolha do lugar onde as famílias irão estabelecer suas moradias – elas preferem áreas de forragem em que poderão criar o gado solto.

Diante dos relatos sobre o processo de ocupação dos moradores do *Sertão Antigo*, para compreender como se deu a constituição da comunidade Linha da Cruz – examinada em minha pesquisa –, procurei operar a partir da noção de “práticas possessórias”, como definidas por Paoliello (1998), que mostra que essas práticas se definem no momento em que um determinado grupo social, frente a condições objetivas, agencia suas escolhas a partir de um sistema de disposição internalizada, não objetivada – como sugere a visão legalista –, ocupando, assim, um determinado território. A autora mostra que os conflitos fundiários, impulsionados por processos globais – modernização conservadora, expansão da agropecuária, etc. –, quando não conduzem a expropriação de terras das populações tradicionais, colocam os pequenos produtores em situação de “encurralamento”. Para ela, essas situações de expropriação territorial foram sendo “resolvidas” pelos atores sociais por meio de “práticas de posse de terras” em áreas devolutas.

A questão do direito possessório é tratada por Paoliello (1998) como uma noção ainda em construção. Ao longo dos anos na história do Brasil, com o processo de “desbravamento”, de abertura de terras para apossamento simples, o camponês introduziu na cena jurídica do país um novo sujeito de direito: o posseiro. Paoliello define essa forma de apropriação possessória como um modelo “combinado” em que

a terra é apropriada ou utilizada comunalmente, e sua apropriação por cada unidade doméstica é individualizada na pessoa do pai de uma família geralmente nuclear ou no casal, dando-se sobre parcelas que não se restringem à residência e às áreas de cultivo. Por outro lado, partilham com as situações de terra comum a apropriação possessória (Paoliello 1998: 202).

Todavia, tendo em vista a condição histórica generalizada no campo brasileiro, a posse, enquanto direito, foi sendo o instrumento fundamental pelo qual pequenos lavradores posseiros puderam constituir seus patrimônios, estratégia que lhes assegura “um espaço social de existência, dentro da ordem geral de relações em que estão inseridos” (Paoliello: 1998: 203). Assim, a posse é representada enquanto direito e estratégia constitutiva de patrimônios territoriais.

A forma de ocupação do território, os usos tradicionais da terra, ou seja, a forma *cultural* da posse – tradicionalmente operada – acaba por ser englobada pela lógica da posse como propriedade individual e direito privado, forma esta que, se por um lado legitima a posse da terra, por outro lado, reduz os diferentes sistemas internos de organizar o *lugar* à lógica da propriedade.

Em minha pesquisa com a comunidade, observando os processos territoriais vivenciados pelos primeiros moradores que desbravaram o sertão, até a constituição do assentamento rural em que hoje vivem, tratei esse processo que perpassa o *Sertão Antigo* para a Linha da Cruz, como se correspondesse, justamente, a um processo de mudança do regime *livre* de apossamento, para o sistema *moderno* de propriedade. Esse processo compreende um espaço de tempo que remonta a pelo menos três gerações (em torno dos anos 1900 a 1980). A fala do morador abaixo explica como os catingueiros, que desbravaram o sertão, percebem esse processo.

(...) depois da Ruralminas, passou a plantar na propriedade, ao invés de plantar solto (...). A terra (...) só que não tinha escritura né? Aí agora tem... aí depois que a Ruralminas tomou de posse, loteou. Se lado de lá da estrada loteou em gleba graças ao fazendeiro. (...) Às vezes a gente trabalhava assim, numa área quadrada, aí quando ia cortando, tirou um tanto assim... dividiu tudo... e minha gleba lá ficou em várias quaras, várias glebas... e agora dividiu, ficou pedaço no meio, pedaço de cá... virou aquela bagunça... E não indenizava não. Indenizava da linha que vai pra Gado Bravo, mas daqui dentro não... (Seu Vicente – morador da Linha da Cruz – entrevista feita em maio, 2011).

Até a chegada da Ruralminas, não existiam demarcações visíveis para apropriação da terra. Os princípios de divisão do espaço eram estabelecidos pelo *uso* (não pela compra) e definidos pelo trabalho exercido por cada unidade familiar, como explica Seu Pio: “o camarada que morava aqui... *ih*, se eu cismasse de fazer uma roça, uma casa como daqui a lá pra Cisan... *ih*, eu ia... fazia... ninguém falava nada... o Estado era livre... e

hoje não...”. Os limites morais eram definidos, portanto, pelo labor sobre a terra e na prática possessória estava subentendida a busca pela autonomia, expressa pela garantia do autossustento.

Com o avanço do latifúndio, juntamente a corrida pela regularização de terras, os posseiros tiveram seus territórios reduzidos a loteamentos de 25 hectares, o que significou deslocamento das roças, do pasto, das moradias para conformação do assentamento. Um antigo morador, Alvídio, relata que a prática de “mexer com criação” ficou seriamente prejudicada com a chegada da política de loteamentos das terras. Se um agricultor quiser, hoje, criar um gado, precisa “alugar” um pedaço de terra do vizinho, pois na forma como ficaram os terrenos, muitas vezes não sobra mais espaço suficiente para o exercício dessa atividade. Depois que loteou tudo, ele conta, *“á a criação tem que ser presa, agora tem que fazer mais comida... às vezes, quando a área tinha muito pouca comida, os outros vizinho chegou, tinha criação, às vezes alugava a área dele pra botar a criação num pouco período de tempo...”*.

Em suma, pode-se entender que a constituição do assentamento Linha da Cruz se deu em função das políticas de regulamentação fundiária que vinham se deflagrando no Brasil a partir dos anos 1960, quando o governo passou a “colonizar” regiões consideradas “vazios demográficos”, o que aponta para o grau de invisibilidade das populações camponesas que foram se estabelecendo nessas áreas que, todavia, ainda não eram alvos do agronegócio e da pecuária extensiva. Hoje, a comunidade Linha da Cruz é formada por uma rua reta, com cerca de 8 km de extensão, onde residem cerca de 50 famílias. A comunidade é caracterizada por dois pontos principais: a “parte alta”, mais povoada e próxima à estrada que liga Matias Cardoso à cidade de Gado Bravo; e a “parte baixa”, chamada pelos moradores de *Sertão Antigo* – onde até hoje vivem os descendentes das primeiras famílias de posseiros.

As duas partes que conformam a comunidade Linha da Cruz apontam também para “dois tempos” que marcam os processos territoriais daquela localidade. Trata-se do momento de desbravamento do Sertão, com a chegada dos posseiros em torno de 1920, e a constituição do assentamento rural em 1974, deflagrado em função da corrida pela regularização de terras e do avanço da agropecuária extensiva.

Como explica Durval (2009), podemos compreender a comunidade Linha da Cruz como sendo “uma coletividade improvisada pelo Estado”, uma vez que a comunidade hoje é composta por pessoas de diferentes trajetórias e origens. Característica de alguns assentamentos, Durval (2009: 35-36) define esse tipo de espacialidade geralmente organizada pelo Estado como sendo “uma comunidade agrícola de pessoas que, salvo exceções, acabaram de se conhecer, ou começaram a se conhecer melhor. Cada uma das famílias que é assentada, num dado assentamento, carrega consigo as experiências de suas origens e trajetórias (...)”.

Ribeiro (2005) estabelece uma relação entre a Amazônia e o Cerrado, mostrando

que as políticas de desenvolvimento aplicadas nessas regiões procuravam deslocar fronteiras econômicas, criar condições de incorporação de mercados às economias de subsistência e reorientar a migração de mão de obra do Nordeste em direção àquelas regiões. Ianni (1979 *apud* Ribeiro 2005: 186) definiu esse tipo de colonização como uma “política de contra-reforma agrária”. Ele explica que, apesar das semelhanças com o processo ocorrido na Amazônia, o Cerrado apresentou, por outro lado, algumas peculiaridades. Em função de sua proximidade com as regiões metropolitanas do Centro-Sul do país, o setor agroindustrial foi muito forte, uma vez que sua produção poderia ser consumida e exportada sem muito ônus.

Nos tempos do Sertão Antigo, o sítio camponês apresentava grandes extensões de terra de ocupação livre que abrigaram os primeiros *chegantes* e, mais tarde, migrantes vindos de outras regiões. O Sertão, ocupado primeiramente por uma família e, mais tarde, pelos parentes vindos de outras regiões, não apresentava qualquer divisão formal das terras. As residências eram consideravelmente distantes uma das outras: a roça e o gado se estabeleciam por entre a mata. A constituição de uma extensa parentela espacializada entre a mata reunia, muitas vezes, pessoas vindas também de outras comunidades adjacentes, como é o caso de Lajedinho e do Rio Verde, de onde vieram muitos agricultores.

No Sertão Antigo, antes da *posse* de terra revestir-se em *título*, a lógica que imperava para uso da terra e ocupação do território era diferente da lógica que imperou com a divisão de terras. Sobre esse ponto, Vicente, esposo de Dona Maria, conta que: [antes da divisão de terras] “*plantava, mas era onde quisesse, não tinha local certo não... as vezes morava aqui e plantava lá perto de Lajedin... o trabalho era assim. Tinha que andar pelas matas e ir colhendo... às vezes a roça era longe....*”

A divisão das terras e do plantio entre as famílias era livre, sem cerca, e não havia uma divisão formal da propriedade e do uso da terra: “*em [19]70 isso aqui era bruto, só mato... nós morava lá embaixo*”, conta o morador. A declaração de que aquele lugar “era uma mata só” e de que os posseiros foram roçando, plantando milho, feijão, mandioca, mamona e algodão, representa uma particularidade da prática de apossamento de terras devolutas e a forma de organização do *sítio camponês* (Woortmann 1983).

Não acidentalmente, o encontro do Sertão pelo *rastro do gado* pode ser visto como prática tradicional do modo de apossamento de terra de uso comum – uma preparação para as *soltas*. Esse modo de criação de gado, segundo Woortmann (1983), representou o modelo do sítio camponês até meados dos anos 1950, quando o gado era colocado na *capoeira* e depois transferido para o *mato*. Dessa década em diante, com a escassez do mato, a situação do sítio é alterada. O surgimento das pastagens plantadas substitui as *soltas* que passam a ser privatizadas pela propriedade (Woortmann 1983: 183) e pela pecuária extensiva. Observamos, portanto, que a época do *mato* correspondia às *soltas*, que designam extensões de vegetação natural, local onde o gado do sitiante era criado. Com a chegada da *fazenda* – ou mesmo do sistema de loteamento de terra – as *soltas* se

transformam em pasto. Esse processo subentende, portanto, a ocorrência de redução do espaço de reprodução social do sitiante e a transformação de suas estratégias produtivas.

OS TEMPOS ATUAIS - PRODUÇÃO DE *COMMODITIES* E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com a passagem do *Sertão Antigo* para o Assentamento Linha da Cruz, observa-se não apenas a transformação do espaço, mas também da relação dos moradores com o lugar. Ana Rita, moradora da Linha da Cruz, costumava falar de uma divergência entre as épocas, em que percebe que no “tempo passado” as pessoas dominavam as técnicas de plantio em terra sequeira – estratégias que contribuíam para a garantia do alimento e do sustento da família –, mas, por outro lado, nos “tempos de hoje”, ela diz que “as chuvas agora ficou longe...”. Seu relato, que transcrevo abaixo, aponta para sua impressão acerca das mudanças.

Ah, antigamente vivia das coisinhas que vinha da terra sequeira, que quando não chovia, guardava, né? Hoje eu acho tudo difícil... Antes chovia bastante, até março, abril... chovia muito. As coisas durava até chegar as outras águas... Agora não tem mais, as chuvas agora ficou longe... Tem um bucado de gente aqui na Linha que tem condições de viver, [pois] planta assim, na terra sequeira. Quando chove, eu planto, mas não conheço muito... Quando chega água da chuva, faz a terra primeiro, no lugar que o gado come... mas quem tem gado é mais meu sogro, nós não temos gado não... ele é mais remediado que nós, né? Ele tem o gadinho dele... de dois anos pra cá nós está na situação difícil...” (fala de Ana Rita, moradora da Linha da Cruz)

Em relato da moradora, as dificuldades que ela afirma existirem hoje para se viver no Sertão são atribuídas a fatores climáticos, externos à agência humana. Por outro lado, o que se observou na pesquisa através dos relatos dos moradores antigos é que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores nos dias atuais se devem, sobretudo, às relações assimétricas que essas populações travam com o poder público e com o avanço do agronegócio na região, o que afeta diretamente seus modos de vida. No entanto, a ideia de que “as chuva agora ficou longe”, expressa, de forma metafórica, a forma como são sentidos os efeitos da pressão das políticas de modernização agrícola sobre seus sistemas locais tradicionais. Essas pressões vão desde as formas como são executados os programas para o desenvolvimento rural aos discursos dos técnicos agrícolas que incentivam os agricultores ao “pensamento de mercado”.

A forma como antes viviam os moradores do *Sertão Antigo* mudou significativamente. Hoje, por exemplo, a economia dos agricultores da Linha da Cruz é considerada

pelos técnicos da Emater e da Petrobrás Biocombustíveis (PBio), como representativa, sobretudo, pela sua inserção no mercado de ricinoquímicos e de biocombustíveis.⁷ Como consequência das políticas de incentivo à produção de matéria prima industrial, as práticas tradicionais de plantio em terra sequeira e a criação de gado, entre outras práticas, têm sido cada vez menos priorizadas, principalmente pelos moradores mais novos.

Muito se fala, hoje, que a terra é boa para fazer dinheiro, mas não muito para o alimento. Apesar de esta não ser a opinião geral de todos os moradores, a realidade é que no dia a dia as conversas giram em torno de questões sobre preço, lucro, venda, mercado e não se fala mais sobre outro assunto por lá. O tempo atual é marcado pela entrada do biodiesel, tratado como um bom negócio para a comunidade. Essa nova entrada econômica tem implicado, sobretudo, em um quadro de mudanças sistemáticas nos modos de vida local e nas práticas tradicionais necessárias para a convivência com o sertão.

Laschefski e Zhouri (2010) mostram que o uso das terras na forma de monoculturas de “biodiesel” (de soja, de cana-de-açúcar e, em menor escala, de mamona, de girassol, etc.), além de tornarem essas terras inacessíveis para as populações tradicionais que já as utilizavam anteriormente de forma coletiva, pelo extrativismo ou por sistemas agrossilvopastoris, provoca, também, conflitos ambientais territoriais mais profundos, “pois a territorialidade do modo de produção agrícola estimulado pelo agronegócio mostra-se incompatível com as territorialidades tradicionais” (Laschefski e Zhouri 2010: 295).

A mamona enquanto carro-chefe da produção e da economia familiar é um fato recente na vida dos pequenos agricultores da Linha da Cruz. A lógica camponesa prioriza a diversidade agrícola em detrimento da produção de um único produto, o que não significa que não possam produzir para a venda, como explica Mariano, morador da comunidade, acerca da importância de nunca se plantar apenas o produto “pra venda”.

Porque de repente poderia aparecer aquele comprador naquele momento, e poderia não aparecer. E nós se sentia inseguro em plantar a lavoura. Por que nós se sentia inseguro? Porque quando chegasse na colheita, de ela produzir, nós não teria o comprador certo. Talvez poderia ter o comprador ou não. Então se produzir e não tiver o comprador, então nós perdeu um ano de serviço. Então nós preferia não plantar. Agora através de três anos pra cá, quatro anos pra cá, a Petrobrás entrou comprando tudo...”. (Mariano – Linha da Cruz)

⁷ Na perspectiva dos programas de desenvolvimento do governo federal, com o advento da política dos biocombustíveis em 2004, a mamona tem sido nacionalmente projetada como principal alternativa para o Sertão-Árido nordestino e mineiro, sendo o estado da Bahia o terceiro maior produtor mundial de mamona (Wilkinson 2008). Como produto que representaria a “salvação” da agricultura familiar daquelas regiões que passam por dificuldades econômicas em função da seca, o governo federal tem apostado em políticas para fomentar o cultivo da mamona e torná-la o produto que deve assumir o papel de geração de renda para várias famílias rurais. A comunidade Linha da Cruz é hoje um dos focos desses projetos.

Nos tempos atuais, as práticas comerciais incentivadas por políticas de desenvolvimento rural, como é o caso do PNPB tratado neste estudo, tem obliterado outras práticas produtivas e, sobretudo, induzido a economia catingueira à adoção de um modelo voltado para a monocultura de produção, o que os tornaria, automaticamente, dependentes das oscilações e exigências do mercado – esse seria, inclusive, o ponto mais conflituoso dessa situação. O que foi observado com a entrada do PNPB na Linha da Cruz é que, os agricultores tradicionais passaram a contrair dívidas decorrentes de empréstimos e de benefícios bancários em função da relação que passaram a travar com a economia de mercado mais abrangente.

A proposta do PNPB, no contexto dos catingueiros do norte de Minas e de comunidades vizinhas estudadas, representa uma espécie de distorção do sistema do lugar (Godoi 1998) e das práticas tradicionais dessas populações. A racionalidade produtiva, atrelada ao mercado, perspectiva do programa, muitas vezes entra em tensão com a lógica local de pensar o espaço, seu modo de vida e sua relação com o território. Plantada em grande quantidade, e não espaçadamente entre diferentes culturas, a mamona tem demandado aplicação de herbicida e isso obriga o agricultor a plantá-la em um lugar separado e exclusivo, para não contaminar os alimentos e o gado. Como o espaço é reduzido, muitos agricultores já vêm substituindo as culturas de alimentos e reduzido a manga (áreas de pasto).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei tratar neste artigo do processo de apossamento de terra pelos camponeses, no *Sertão Antigo*, em 1930, e da formação, pela Ruralminas, de colônias de povoamento, em torno dos anos 1970. Além das transformações no espaço, verificadas com o deslocamento da forma tradicional de uso do território pela lógica moderna de propriedade, observa-se nos tempos atuais a coexistência de diferentes temporalidades e territorialidades entre os moradores – situação que se verifica pela chegada de novos moradores na comunidade.

A terra como *propriedade* é o modo como, hoje, o pequeno sertanejo concebe seu território, todavia, é uma forma pautada em categorias jurídicas – em contraste com a forma de ocupação que concebia “o uso comum de terras”. O processo de regularização fundiária e reordenamento do espaço são parte do contexto político regional que se caracteriza pela implementação de uma série de programas e projetos governamentais, os quais tinham como meta integrar o norte de Minas ao cenário econômico nacional.

O processo de reforma agrária conduzido pela Ruralminas e pela SUDENE, como se observa, consistiu na desapropriação de pequenos produtores rurais de suas terras ou

na expulsão deles dos *fundos da fazenda* onde viviam como agregados de fazendeiros. Quando essas famílias não eram totalmente expulsas de suas terras, eram realocadas em áreas destinadas a assentamentos rurais do estado – geralmente localizadas em regiões mais isoladas economicamente, menos produtivas em termos geofísicos, enfim, áreas de menor interesse fundiário do ponto de vista do agronegócio.

Nos tempos atuais, a região vem sendo alvo de mais uma política voltada para agricultura familiar. A implementação do PNPB em algumas cidades do norte de Minas, entre as quais Matias Cardoso teve maior destaque, passou a impulsionar uma “nova economia” na Linha da Cruz. No entanto, a escala de produção esperada por uma empresa de grande porte como a Petrobrás, bem como os tempos que ela estabelece de plantio e colheita - os quais devem estar de acordo com a burocracia do programa, e não com a realidade da “agricultura familiar” - e, sobretudo, a realidade do sertão, entre outras questões, representaram grandes obstáculos para o sucesso do Programa na região ao longo do tempo.

Os agricultores da Linha da Cruz, além de não possuírem área de produção suficiente para plantação em larga escala de oleaginosas, eventualmente enfrentam uma série de adversidades climáticas e limitações técnicas que dificultam atender às exigências do PNPB e, portanto, do mercado.

Na perspectiva do Programa e dos técnicos agrícolas, os moradores da Linha da Cruz são tidos como “agricultores familiares”, classificação que expressa o grau de invisibilização e desconhecimento da diversidade cultural das populações rurais da região. A classificação “agricultor familiar” vem sendo adotada pelo governo que pensa esse modelo de agricultura, antes de tudo, como uma “empresa familiar” com potencial para desenvolver-se para o mercado. Com a adoção dessa categoria, o governo não tem levado em conta as grandes diferenças existentes, por exemplo, entre “agricultores familiares” do sul do Brasil e os do norte de Minas Gerais. Portanto, quando o PNPB pretende inserir os agricultores familiares na economia de mercado, não se está levando em conta, sobretudo, os fatores culturais e socioambientais específicos dos povos do sertão. .

- BABBHA, Homi K. 1998. “O Pós-Colonial e o Pós-Moderno. A Questão da Agência”. In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- COSTA, João Batista de Almeida. 1999. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um Ito em Brejo dos Crioulos (MG)*. Brasília: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB.
- _____. 2003. *Mineiros e Baianos. Englobamento, Exclusão e Resistência*. Brasília: Tese de Doutorado em Antropologia Social, Unb.
- _____. 2011. “A (des)invisibilidade dos povos e das comunidades tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo”. In: BARBOSA, Rômulo Soares *et al.* (orgs.). *Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil*. Montes Claros: Ed. Unimontes.
- DAYRELL, Carlos Alberto. 1998. *Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos agroecossistemas tradicionais*. Dissertação de Mestrado. Andaluzia: Universidade Internacional de Andaluzia.
- _____. 2000. “Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem Não Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness.” In: DAYRELL, Carlos Alberto e LUZ, Cláudia (Orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: CAA.
- FILHO, Aderval Costa. 2008. “Gurutubanos, Catingueiros e Geraizeiros: identidades rurais, territorialização e protagonismo social”. In. *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Alegre: Anais da 26º RBA..
- _____. 2008. *Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro*. Brasília: Tese de Doutorado (Antropologia Social), UnB.
- FILHO, João Silveira D’Angelis. 2005. *Políticas Locais para o “Des-Envolvimento” no norte de Minas Gerais: uma análise das articulações local & supralocal*. Temuco: Dissertação de Mestrado em Gestão em Desenvolvimento Local e Agricultura Sustentável.
- GODOI, Emilia Pietrafesa de. 1998. “O Sistema do Lugar: história, território e memória no sertão”. In. GODOI, E. P. & NIEMEYER, A. M (orgs.). *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras, pp. 97-131.
- LASCHEFSKI, Klemens e ZHOURI, Andréa. 2010. “Conflitos Ambientais Norte-Sul: Agrocombustíveis para Quem?” In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Capitalis-*

- mo Globalizado e Recursos Territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina Ed.
- LITTLE, Paul E. 2002. "Territórios Tradicionais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade" *Série Antropologia*. (322).
- _____. 2006. "Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico". *Horizontes Antropológicos*, 12(25): 85-103.
- MERLO, Gabrielly. 2012. *Mudanças Sociais e Trajetórias de Gênero: etnografia do espaço e tempo na Comunidade Linha da Cruz/MG*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. UFMG.
- OLIVEIRA, Claudia Luz de. 2005. *Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. UFMG.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. "Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *Viagem de Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Contra Capa Livraria / LACED.
- PAOLIELLO, Renata M. 1998. "Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada Ribeira". In: NIEMAYER, Ana Maria & e GODOI, Emília P. de (orgs.). *Além dos Territórios*. Campinas: Mercado de Letras.
- PARAJULI, Pramod. "Ecological ethnicity in the making: developmentalist hegemonies and the emergent identities in India". *Identities: Global Studies in Culture and Power*. 3(1-2):15-59.
- PENIDO, Marina de Oliveira. 2011. *O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: alternativa ou "mais do mesmo"? Do domínio do agrusiness à inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel no Norte de Minas*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Geografia: Universidade Federal Fluminense.
- RAMOS, Maria Angela. 2011. *Agricultura Familiar no Norte de Minas no contexto de Produção do Biodiesel*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFMG.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. 2005. "Des(envolvimento): Políticas Públicas no Cerrado". In: ZHOURI, Andréa et Al. (org.). *A insustentável leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.
- SANTOS, Ana Flávia M. 1997. *Do terreno dos caboclos do Dr. São João à Terra Indígenas Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras*. Brasília: Dissertação de Mestrado em Antropologia, PPGAS.
- SANTOS, Sônia Nicolau dos. 1985. *À Procura da Terra Perdida. Para uma Reconstituição do Conflito de Cachoeirinha*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. FAFICH-UFMG.

- WOORTMANN, Ellen. 1983. "O Sítio Camponês". In: Anuário Antropológico 81. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. Unb/Tempo Brasileiro.
- ZHOURI, Andréa *et al.* 2010. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG..
- ZHOURI, Andréa *et al.* 2010. "Quando o Lugar Resiste ao Espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização". In: *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

FROM THE OLD BACKWARDS TO THE CROSS LINES: TEMPORALITIES AND TERRITORIAL COVERAGE PROCESSES

ABSTRACT

Two territorial processes founded the rural community Linha da Cruz, situated in the Caatinga biome, north of Minas Gerais / Brazil: the politics of colonization of the interior mining promoted by Ruralminas in 1974, triggering a race for the regularization of land and allotment of unoccupied areas; and a process prior to the arrival of Ruralminas, about which there is no official record, but remains alive in the memory of old residents, it is the arrival of settlers from land in the 1930s, coming from the cattle trail, “origin myth “ that points to the formation of *sertaneja* identity. In the community today, a brand new process the new economic times, it is the entrance to the economics of biofuels in *catingueiros* way of life. Due to the international debate that has raged around renewable energy and seal “social fuel”, Petrobras has been advancing on caatinga areas in order to perform contracts for the purchase / sale of raw material with small farmers. Therefore, this article traces the different temporalities that engender community in view their processes of territorialization (Oliveira 2004) and the effects of advancing market economy on traditional practices of coexistence with the caatinga.

KEYWORDS

Local systems, territoriality, catingueiros from north Minas Gerais.

SOBRE A AUTORA

GABRIELLY MERLO DE SOUZA

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007) e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Em Antropologia, pesquisa temas relacionados aos estudos rurais, relações de gênero, etnoecologia e conflitos socioambientais.